

➤ QUAL A DIMENSÃO DO TRABALHO NO MEIO RURAL PARAENSE?

Tabela 1 – Indicadores de ocupação por situação de domicílio no estado do Pará, 2004 e 2013

Indicador	2004			2013		
	Total	Área Urbana	Área Rural	Total	Área Urbana	Área Rural
PEA	3.376.479	64,1%	35,9%	3.798.044	68,4%	31,6%
POC	3.172.418	62,5%	37,5%	3.522.959	66,9%	33,1%
Taxa de Ocupação	94,0%	91,5%	98,3%	92,8%	90,7%	97,1%
Renda Média POC	R\$418,09	R\$490,60	R\$297,27	R\$ 955,50	R\$1.162,67	R\$536,18

Fonte: IDESP a partir dos dados da PNAD/IBGE, 2014.

- Redução na PEA na **área rural de 1% e da POC de 2%**, frente a uma evolução da PEA urbana de 20% e da POC de 19%.
- A renda média da área rural que em 2004 representava 60,6% da renda urbana, em 2013 diminuiu para 46,1%.

Tabela 2 – POC por posição na ocupação no estado do Pará

	2004		2013	
	Área Urbana	Área Rural	Área Urbana	Área Rural
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira de trabalho assinada	20,1	8,7	27,8	7,9
Militar	0,4	0,1	0,5	0,1
Funcionário público estatutário	7,5	2,0	8,7	3,8
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	24,7	17,7	22,6	16,5
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1,1	0,3	1,3	0,4
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	7,2	2,1	5,8	2,8
Conta própria	26,4	28,7	25,9	35,7
Empregador	4,8	4,0	3,6	1,8
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,1	0,0	0,1	0,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1,4	9,5	1,3	13,9
Não remunerado	6,2	27,1	2,3	17,1

Taxa de rotatividade no mercado de trabalho formal no estado do Pará

Setores	2009	2010	2011	2012	2013
Pará	35,75	35,21	36,58	35,29	37,32
Extrativa mineral	17,46	25,06	23,03	20,13	13,83
Indústria de transformação	52,56	50,28	49,86	51,15	52,73
SIUP (água, energia, serviços de utilidade pública)	34,72	27,17	30,24	30,23	33,17
Construção Civil	105,78	111,96	116,39	105,71	110,11
Comércio	52,23	51,83	51,77	51,16	50,79
Serviços	44,47	45,25	45,60	42,96	39,84
Administração Pública	0,13	0,06	0,23	0,05	0,21
<i>Agropecuária</i>	<i>87,98</i>	<i>82,20</i>	<i>86,19</i>	<i>73,46</i>	<i>68,31</i>

Características da mão-de-obra rural ocupada:

Alta rotatividade:

Segunda maior taxa de rotatividade da mão-de-obra entre os setores no mercado de trabalho formal, apesar de apresentar redução nos últimos anos.

Redução na PEA na área rural de 1% e da POC de 2%, frente a uma evolução da PEA urbana de 20% e da POC de 19%.

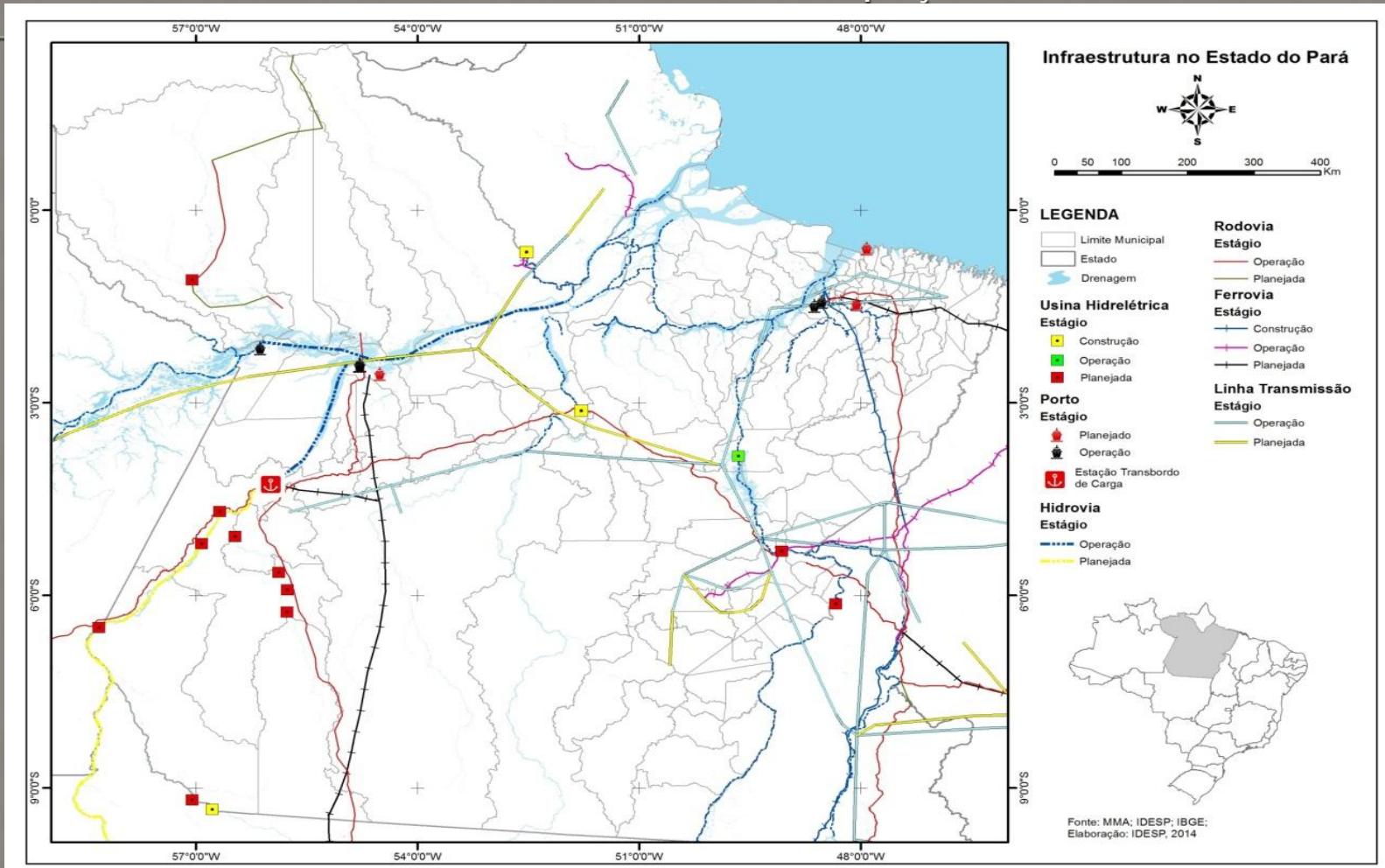
Baixo rendimento:

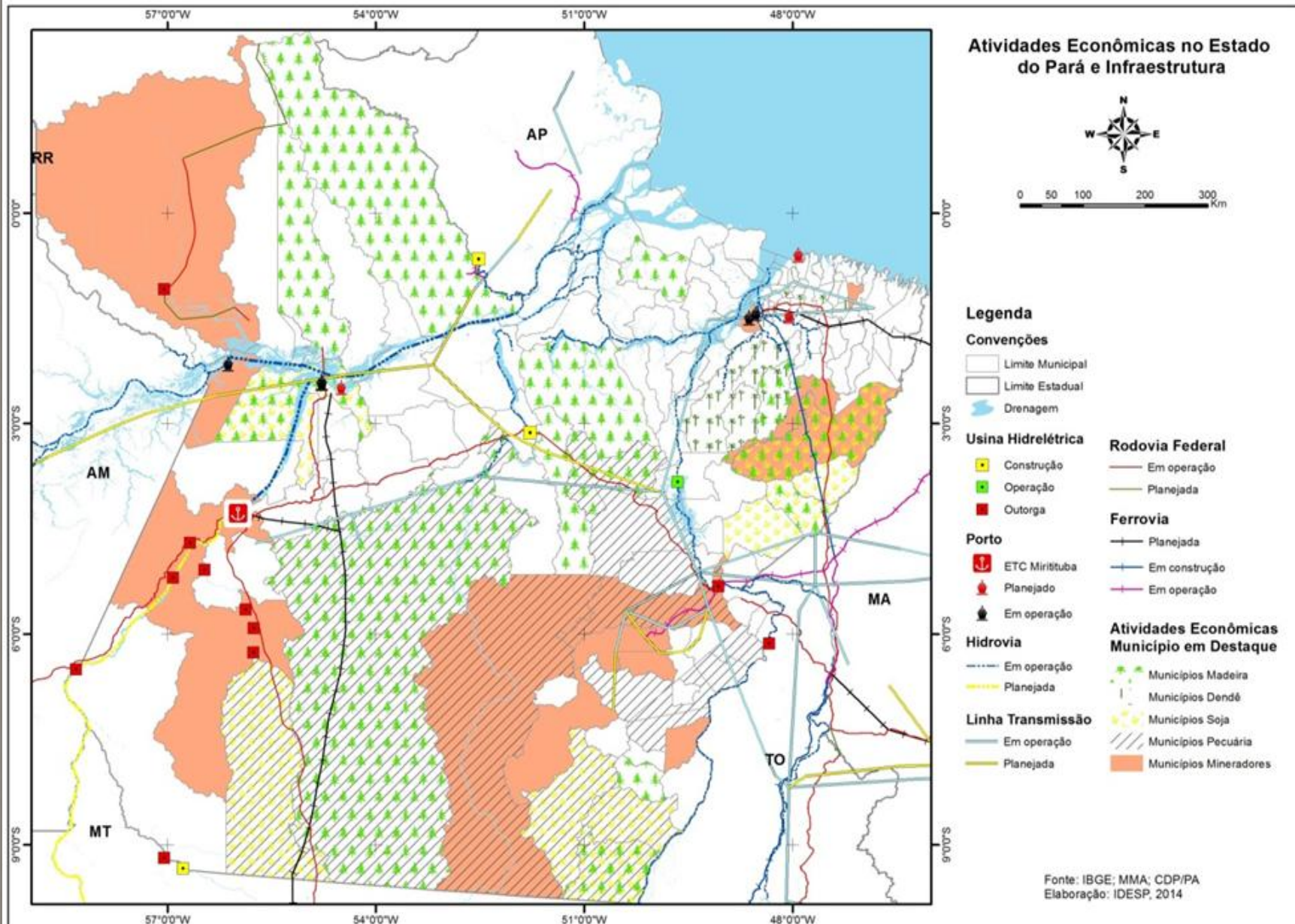
A renda média da área rural que em 2004 representava 60,6% da renda urbana, em 2013 representa 46,1%.

Principal Desafio

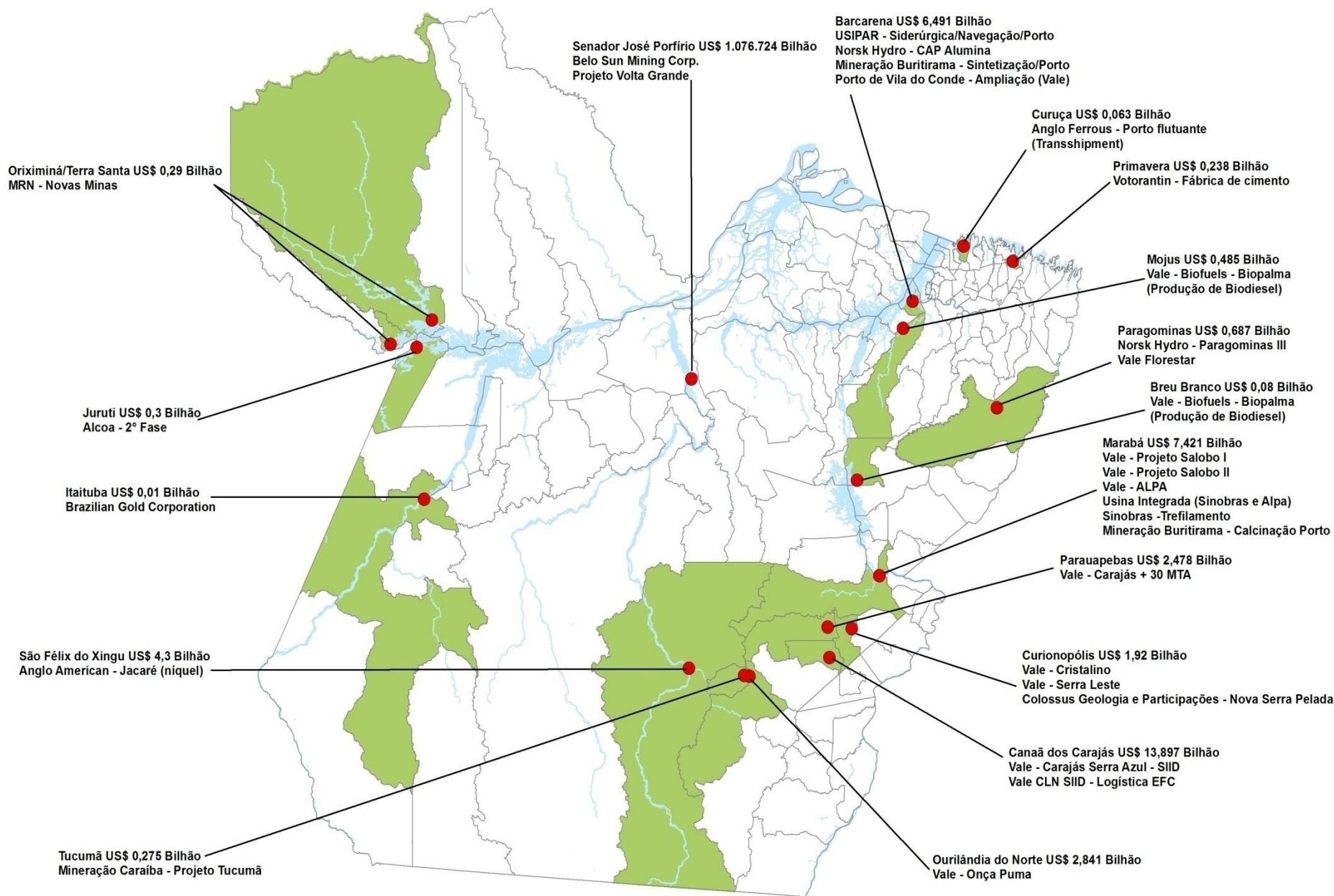
- Enfrentamento/concertação de conflitos face às dinâmicas econômicas – incluídas as estruturais e as de logística – e a “modernização” no campo, garantindo ganhos para os trabalhadores.

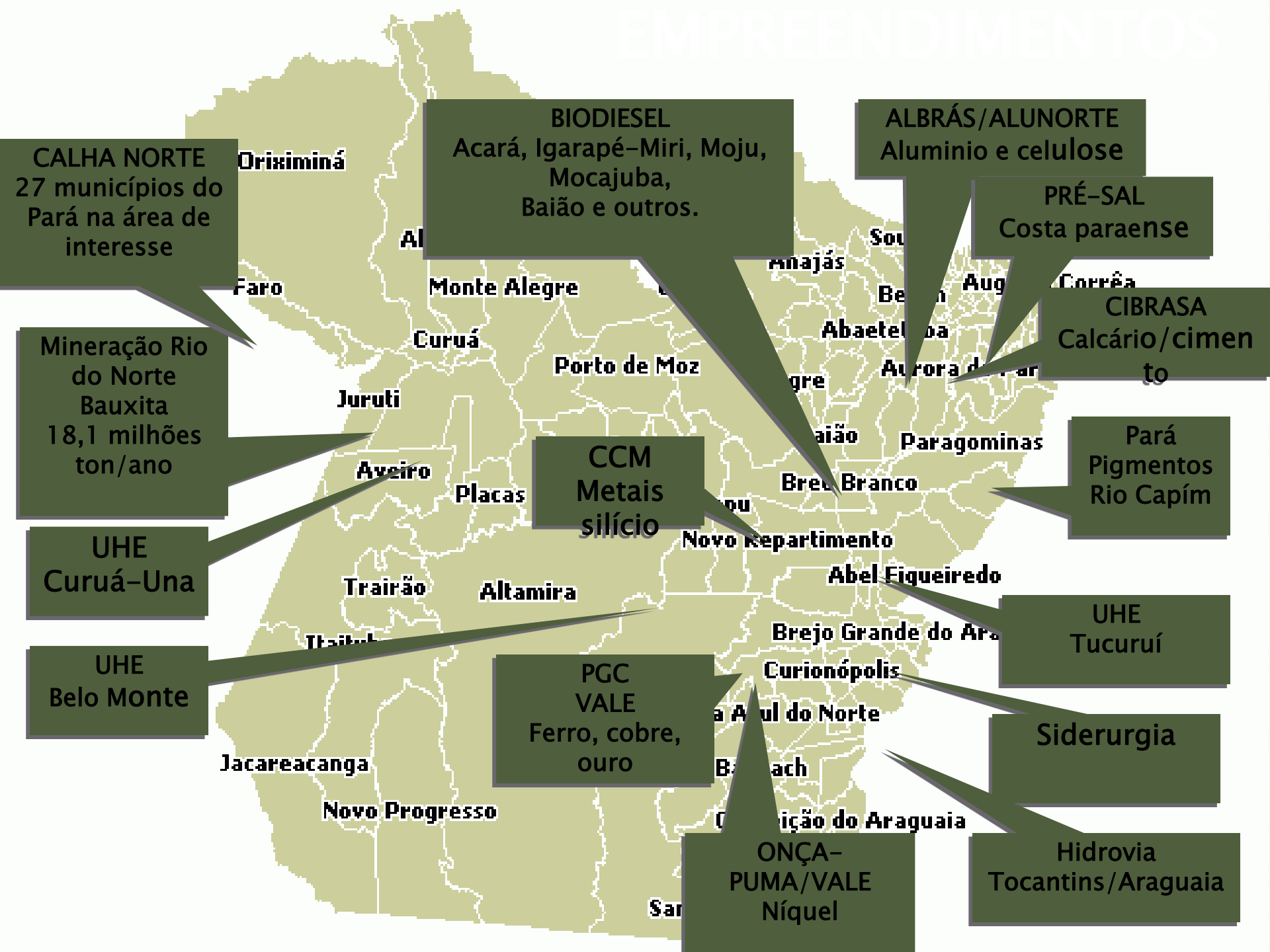
O “novo” processo de territorialização do capital e a fragilização do trabalho : o “atrasado” e o “moderno” no espaço rural



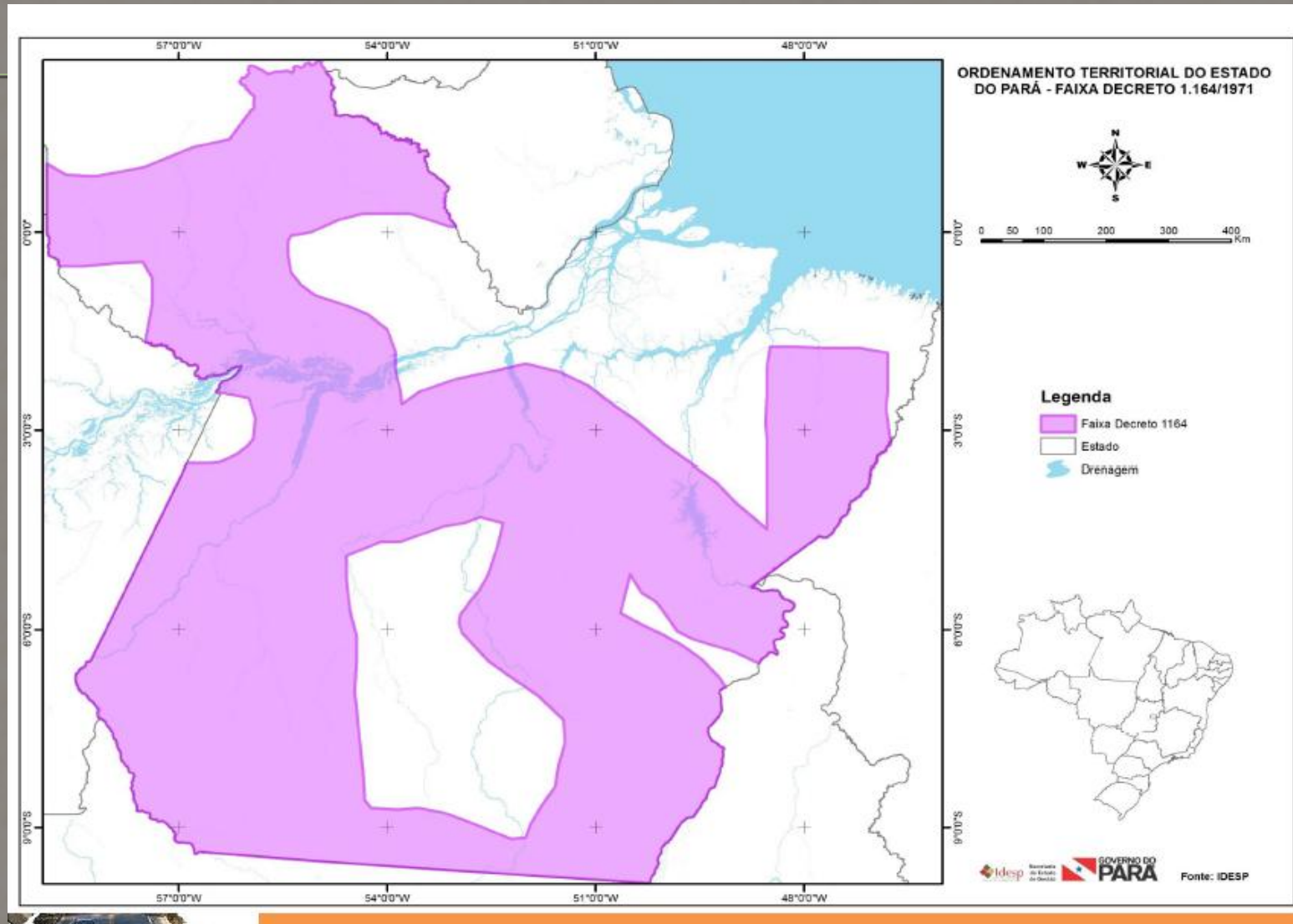


INVESTIMENTOS PREVISTOS PELA INDÚSTRIA MINERAL NO ESTADO DO PARÁ ATÉ 2015

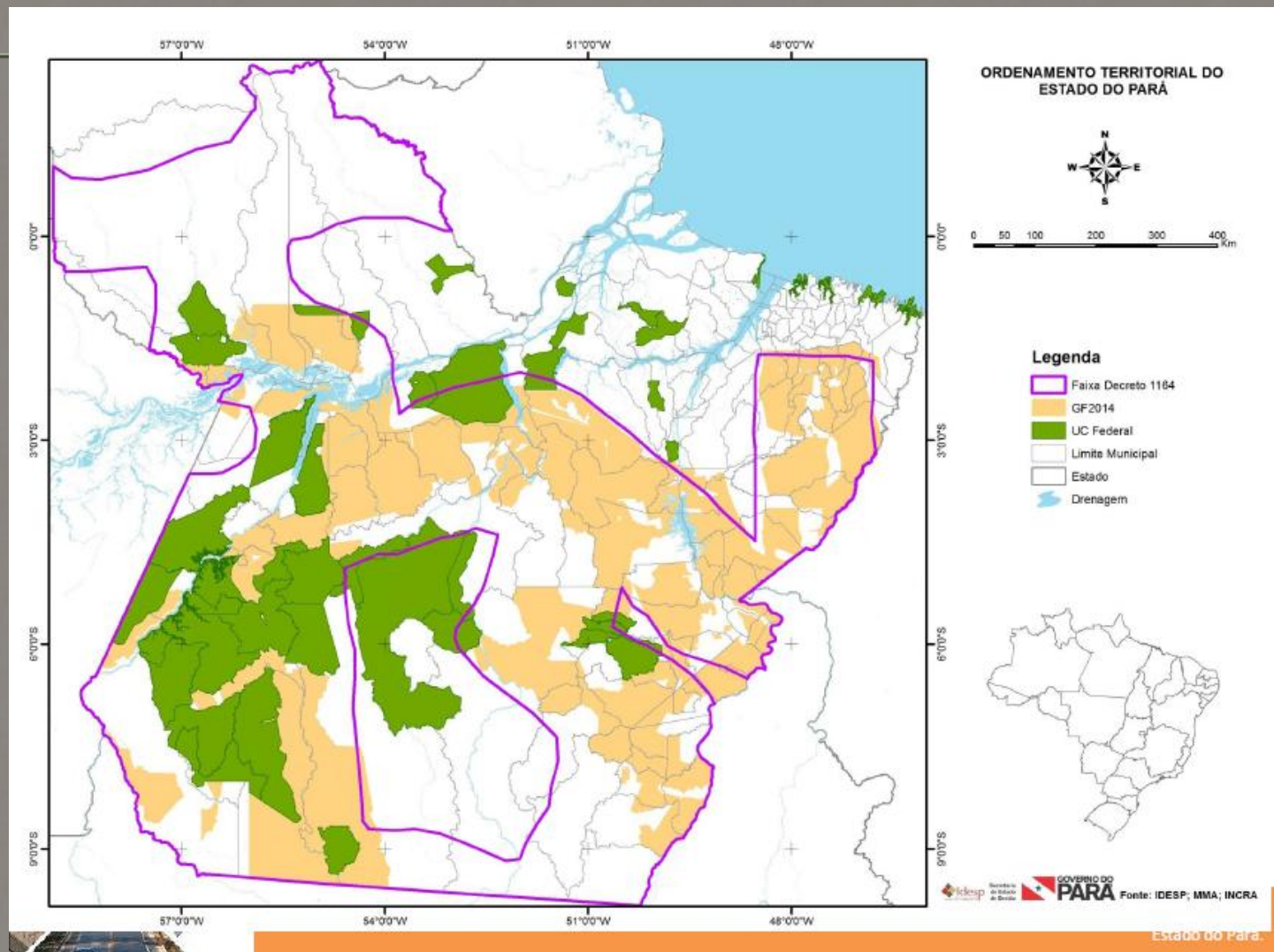




A federalização imposta: faixa do Decreto 1.164



Unidades de Conservação e Terras Indígenas: a federalização “socialmente” justa.



ATIVIDADES POTENCIAIS DO ESTADO DO PARÁ

- Exercem forte influência na economia do estado (Exportação)
- Acarretam a modificação nas relações de produção e trabalho.

Mineração

Pecuária

Soja

Dendê

Madeira

Definição de municípios pólos

- Principais projetos de extração e transformação mineral
- Área plantada
- Quantidade produzida/rebanho

13

municípios
Principais projetos
de extração e
transformação
mineral

99,7%

CFEM 2013*

*exceto Barcarena e
Ourilândia do Norte

18

municípios
Acima de
300.000 cabeças

57%

Efetivo Bovino
2012

10

municípios
Acima de
1.000 ha de
área plantada

96,8%

Área plantada
de Soja
2012

9 municípios

Acima de
1000 ha de
área plantada

96,2%

Área plantada
de Dendê
2012

14

municípios
Acima de
80.000 m³ de
madeira extraída

64,3%

Madeira em
tór extraída
2012

Caracterização Econômica das Atividades Econômicas Potenciais do Pará

Atividade Econômica	Nº de Municípios	% em relação ao Pará	PIB¹ (R\$1.000)	% em relação ao Pará	Vínculos Empregatícios² 2012	% em relação ao Pará	Índice de Gini³*
Dendê	9	6,3	3.392.284,50	3,8	66.229	6,3	0,538
Extração Madeireira	14	9,8	7.733.892,09	8,8	134.709	12,8	0,577
Mineração	13	9,1	36.691.791,08	41,5	180.773	17,2	0,577
Pecuária	18	12,6	10.586.894,34	12,0	144.881	13,8	0,564
Soja	10	7	5.300.158,09	6,0	82.541	7,8	0,572
Pará	143	-	88.370.609,61	-	1.052.344	-	0,62

*Média Aritmética

Fonte: ¹IDESP, 2011; ²RAIS, 2012; ³IPEA, 2010.

Aparato “burocrático”.

A mudança na apropriação da terra

- substituição da agricultura de base familiar, de posse mansa e pacífica, pelos assentamentos: “reforma agrária” ou “controle da ocupação” e/ou mão-de-obra previamente disponibilizada?

Grandes projetos e empreendimentos

- Proteção dos grandes projetos hidrelétricos e minerais : a “deslegislação”, a “re-territorialização” (“Programa Terra Legal” “Territórios da Cidadania”, “Secretaria de Ordenamento Territorial”, “Cadastro Ambiental Rural”, estimulando a adesão a programas e projetos a eles vinculados; mudanças nos Códigos Florestais e Mineral).

- Prioridade para as *commodities*, especialmente soja e dendê (este, “inovando” na relação de trabalho sem nenhuma obrigação trabalhista ou proteção social)
- Pressão sobre comunidades tradicionais e terras indígenas;
- Necessidade de haver consulta prévia aos quilombolas e ribeirinhos quanto ao plantio de dendê e o avanço da soja em seus territórios (Moju, Acará, municípios do Baixo Amazonas, Baixo Tocantins e Calha Norte têm forte prevalência de áreas remanescentes de quilombo).
- Não há regras claras sobre a parceria entre empresas e agricultores (dendê);

Região de Integração do Tapajós: hidrelétricas, portos, BR-163 – a “nova ordem econômica e social”.

- Militarização da “proteção ambiental”: desconstrução das realidades locais, pressões e intimidação, especialmente sobre comunidades tradicionais (quilombolas e ribeirinhos) e aldeamentos indígenas, através do Decreto 7.957, de 12 de março de 2013, que altera as funções da Força Nacional, dotando-a da “nova” missão de “...prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos”;

-
- ◉ IDESP
 - ◉ www.idesp.pa.gov.br

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

- ◉ [Boaventura de Souza Santos](#)